

# Crônica Universitária

## I — NOVA REFORMA REGIMENTAL

Com a aprovação da Lei nº 4.024, de 20 de dezembro de 1961, denominada de Diretrizes e Bases da Educação, foi sustada a votação da reforma regimental da Faculdade, cujo esquema deve adaptar-se, agora, às normas ali preconizadas. O trabalho preliminar compete ao Egrégio Conselho Universitário da UMG, que já cuida da elaboração dos novos Estatutos da Universidade. O professor Gerson de Britto Mello Boson, um dos representantes da Faculdade de Direito no Conselho Universitário, integra a Comissão Especial que orientará êsse trabalho, no qual se fundamentará, então, a Faculdade para elaborar seu nôvo Regimento. Certamente, serão mantidas as linhas mestras do esquema anterior, que visava à dinamização do ensino jurídico, com base no desenvolvimento da investigação científica. A tarefa da Faculdade de Direito, nesse setor, tem sido marcante e com os rumos traçados aqui estão coincidindo as novas experiências postas em prática no Brasil, inclusive no Distrito Federal, com a Universidade de Brasília. A nova reforma regimental, portanto, não fugirá ao esquema anteriormente traçado, que se adapta muito bem aos propósitos da Lei de Diretrizes e Bases da Educação, mas poderá ampliar mais o programa de desenvolvimento e dinamização do ensino na Faculdade de Direito.

## II — DIREÇÃO

O professor Affonso Teixeira Lages, vice-diretor da Faculdade, assumiu os encargos administrativos em duas oportunidades, em 1961, em virtude de licença e férias do titular, professor Alberto Deodato Maia Barreto. Primeiramente, tendo assumido a direção em 14 de julho, deixou-a em 9 de agosto para, em seguida, reassumí-la em 4 de dezembro e exercê-la até 23 daquele mês.

## III — CORPO DOCENTE

Afastaram-se, ou continuaram afastados de suas cátedras, nesta Faculdade, por diversos motivos, os professores Orlando Magalhães Carvalho, Onofre Mendes Júnior, Oscar Dias Corrêa, Pedro Aleixo e Washington Ferreira Pires. Em sua reunião ordinária de 20 de fevereiro

último, a Egrégia Congregação cuidou de renovar sua composição, dando substitutos aos lentes afastados e preenchendo, provisoriamente, as cadeiras vagas.

No curso de doutorado, o docente livre Honório Silveira Neto foi convocado, nos termos estatutários, para substituir o titular da cátedra de Teoria Geral do Estado, professor Orlando M. Carvalho, que atualmente exerce a Reitoria da UMG. Os docentes livres Eurico da Trindade e Wilson Melo da Silva foram convocados, respectivamente, para a substituição do professor Aleixo, na cátedra de Direito Penal, e para o exercício da cadeira vaga de Direito Civil, na qual se aposentou o professor Antônio Martins Vilas Boas. Na qualidade de docente livre e de catedrático interino, o professor Washington Peluso Albino de Souza foi mantido na substituição do professor Oscar Dias Corrêa, na cátedra de Economia Política, enquanto o professor Paulo Neves de Carvalho foi convocado à substituição temporária do professor Onofre Mendes Júnior, que se licenciou como titular da cátedra de Direito Administrativo. Com a aposentadoria do professor Washington Ferreira Pires e, portanto, vagando-se a cadeira de Medicina Legal, o docente livre Halley Alves Bessa foi indicado para sua regência, neste período letivo. Por fim, o professor Messias Pereira Donato, vencedor de recente concurso para provimento da cátedra de Direito do Trabalho, assumiu os encargos do magistério, em virtude de convocação expressa da Congregação.

No curso de doutorado foram contratados os professores Raymundo Cândido (Sistemas Penitenciários), Oswaldo Pataro Moreira (Psicopatologia Forense) e João Romeiro (Criminologia).

**Aposentadoria de professor** — O professor Washington Ferreira Pires, catedrático de Medicina Legal, afastou-se, definitivamente, do magistério desta Casa, em 14 de fevereiro último, mediante aposentadoria compulsória. Até então decano do corpo docente da Faculdade, o professor Washington Ferreira Pires afastou-se da Congregação após 40 anos de atividade quase ininterrupta.

O professor Washington Ferreira Pires ingressou no corpo docente da Faculdade de Direito, mediante concurso, como substituto da oitava seção, em 26 de maio de 1922. Em 1923, foi designado para lecionar Psiquiatria Forense e, em 1º de dezembro de 1923, foi promovido a catedrático de Medicina Pública, na vaga do professor José Pedro Drumond. Exerceu as duas cátedras até 1925. Em 1931, sua cadeira passou a denominar-se Medicina Legal e ele continuou regendo-a. Criado o curso de doutorado, foi provido pela Congregação na cátedra de Criminologia, hoje da terceira seção, em 22 de maio de 1931. Licenciou-se para exercer o Ministério da Educação e mandato legislativo federal, até 1936. Em 1938, voltou à regência de sua cadeira, da qual se licenciou para exercer o cargo de Secretário de Estado de Assistência e Saúde.

Retornando à cátedra em 1º de dezembro de 1958, deixou-a, agora, em virtude da aposentadoria.

**Nôvo catedrático** — Encerrou-se em 12 de novembro de 1961 o concurso para provimento da cátedra de Direito do Trabalho, que se vagara com a renúncia do professor José Pinto Antunes, que se transferiu para a Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo. Os trabalhos foram iniciados no dia 13 daquele mês.

A Comissão Julgadora, presidida pelo professor Amílcar de Castro e secretariada pelo professor Caio Mário da Silva Pereira, — ambos desta Faculdade, — foi também integrada pelos professores José Pinto Antunes, da Universidade de São Paulo e ex-titular da cátedra em concurso; Mozart Victor Russomano, da Universidade de Pelotas, e Evaristo de Moraes Filho, da Universidade do Brasil.

Concorreram à cátedra dois candidatos, os doutores Messias Pereira Donato e Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, o primeiro com a tese intitulada «A atuação do sindicato operário no seio da empresa privada» e, o outro, com o trabalho denominado «Da sentença normativa».

Do julgamento do concurso, verificou-se a indicação do doutor Messias Pereira Donato para provimento da cadeira, tendo a comissão indicado o doutor Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena para a livre docência.

O professor Messias Pereira Donato, que se encontra aguardando a necessária nomeação pelo Executivo Federal, nasceu na cidade de Guanambi, no Estado da Bahia, aos 4 de agosto de 1921, e bacharelou-se por esta Faculdade, em 10 de dezembro de 1947, como primeiro aluno de sua turma, sendo distinguido com o «Prêmio Rio Branco». Durante o curso já merecera outras distinções, inclusive como vencedor de concurso nacional de monografias. Lecionou Português no Colégio Marconi, de Belo Horizonte, de 1949 a 1951, tendo sido, em seguida, Diretor daquele educandário e Inspetor Federal de Ensino Secundário, por concurso. Em 1952, freqüentando a Faculdade de Direito da Universidade de Paris, doutorou-se em Economia Social e Trabalhista. Em 1958, concluiu o curso de Ciências Sociais da Faculdade de Filosofia da Universidade de Minas Gerais, da qual foi também Secretário, obtendo o grau de doutor e assumindo, no mesmo ano, como Instrutor de Ensino Superior, a regência de História das Doutrinas Econômicas daquela Escola. Permaneceu na cátedra até 1961, quando foi aprovado em concurso e assumiu as funções de Juiz do Trabalho-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento, em Juiz de Fora. Encontra-se no exercício dessas funções e é, também, membro do Instituto de Direito do Trabalho e professor no curso de Legislação Sindical e do Trabalho. Tem vários artigos e trabalhos publicados, sobretudo a respeito de doutrina social e trabalhista.

**Novos docentes livres** — O nôvo docente livre de Direito do Trabalho, professor Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena, é natural de São Gonçalo

do Sapucaí, MG., onde nasceu a 6 de maio de 1926. Bacharelou-se por esta Faculdade de Direito em 12 de março de 1951 e, em 1956, foi aprovado em concurso para os cargos de Juiz de Direito e Juiz Municipal do Estado. Em 1958, também mediante concurso, assumiu as funções de Juiz do Trabalho-Substituto da Primeira Região e, em 1959, aprovado em primeiro lugar entre oitenta candidatos, foi nomeado Juiz do Trabalho-Presidente de Junta de Conciliação e Julgamento da Terceira Região, estando presentemente no exercício de suas funções, em Belo Horizonte. Na qualidade de Assistente da cátedra de Direito do Trabalho da Faculdade Mineira de Direito, da Universidade Católica de Minas Gerais, exerce-a desde 1959, além de ter regido vários cursos de Legislação Trabalhista, patrocinados, na Capital, pelo SESI e por outras instituições. É doutor em direito, por esta Faculdade, graduado em 1961, após defender a tese intitulada «Justiça Distributiva e Técnica Jurídica». Já tem publicado inúmeros trabalhos e estudos.

De 9 a 11 do mesmo mês de novembro de 1961, realizou-se o concurso para a docência livre da cátedra de Teoria Geral do Estado, cujo titular, atualmente licenciado, é o Magnífico Reitor da UMG, professor Orlando Magalhães Carvalho.

Participou do concurso um único candidato, o doutor Honório Silveira Neto, que apresentou tese subordinada ao título «O Estado e o poder», tendo sido aprovado e indicado à docência livre pela Comissão Julgadora, integrada pelos professores Alberto Deodato Maia Barreto e Ruy de Souza, desta Faculdade; Ernesto Chaves Neto, da Universidade do Pará; José Carlos de Ataliba Nogueira, da Universidade de São Paulo, e Darcy Azambuja, da Universidade do Rio Grande do Sul.

O doutor Honório Silveira Neto nasceu na cidade mineira de Oliveira, em 13 de dezembro de 1928, e bacharelou-se pela Faculdade Mineira de Direito, da Universidade Católica de Minas Gerais, em 1954. Foi orador de sua turma, a primeira formada naquela Escola, e, antes, fôra vencedor de concursos de oratória, em 1952 e 1953, e presidente, em 1953, do Centro de Estudos Jurídicos daquele estabelecimento. Na mesma Faculdade Mineira de Direito, lecionou Francês, no curso de preparação aos vestibulares, em 1951 e 1952. Sua experiência didática decorre de haver regido cátedras de Francês, no Colégio Anchieta de Belo Horizonte e no Ginásio «Prof. Pinheiro Campos», de Oliveira, além de Português, na Escola Técnica de Comércio Brasileira (1952) e Prática Jurídica e Comercial, na Escola Técnica de Comércio A.E.C. (1956). Foi Secretário do Ginásio Alto Paranaíba, em 1957, e rege as aulas suplementares de Português do Colégio Estadual de Minas Gerais, desde março de 1957, e do Colégio Municipal de Belo Horizonte, de 1954 até esta data. Em 1957, concluiu a seção de Direito Público, do curso de doutorado desta Faculdade, doutorando-se naquele ano, após defesa, em 1º de março, da tese intitulada «O Estado brasileiro». Tem vários ensaios e trabalhos

publicados, de 1953 até esta data, e acaba de assumir a substituição, como docente livre, do titular da cátedra de Teoria Geral do Estado.

**Outros concursos** — Estão programados mais dois concursos de magistério nesta Faculdade: um, em junho próximo, para provimento da cátedra de Direito Civil, que se vagou com a aposentadoria do professor Antônio Martins Vilas Boas, atual Ministro do Supremo Tribunal Federal; outro, em novembro, para a docência livre da cátedra de Ciência das Finanças.

Relativamente ao segundo concurso mencionado, o prazo de inscrições vai encerrar-se em 1º de outubro próximo. Quanto ao concurso para o provimento da cadeira de Direito Civil, o prazo destinado às inscrições encerrou-se a 15 de dezembro de 1961. Inscreveram-se como candidatos os doutores Wilson Melo da Silva, com a tese «Responsabilidade sem culpa e socialização do risco», e Eurico da Trindade, com a tese «Da disciplina jurídica do pagamento». Ambos são docentes de Direito Civil, disciplina do concurso, o primeiro indicado em 1950 e, o outro, indicado em 1952. O terceiro docente livre de Direito Civil é o professor João Franzen de Lima, aprovado, em concurso, em 1929.

**Atividades dos professôres** — O professor Onofre Mendes Júnior prorrogou sua licença anterior. No último ano letivo foi substituído pelo professor Paulo Campos Guimarães e, agora, pelo professor Paulo Neves de Carvalho.

O professor Pedro Aleixo exerce mandato legislativo federal, enquanto o professor Oscar Dias Corrêa, embora licenciado como deputado, é o titular da Secretaria da Educação do Estado de Minas Gerais.

O professor Orlando Magalhães Carvalho, catedrático de Teoria Geral do Estado, continua no exercício da Reitoria da Universidade de Minas Gerais.

O professor Paulo Campos Guimarães, docente de Direito Administrativo, é o Chefe da Casa Civil do Governo Estadual e o Professor Washington Peluso Albino de Souza é dos principais assessôres econômicos do Governo Mineiro.

O professor Alberto Deodato Maia Barreto, catedrático de Ciência das Finanças e Diretor da Faculdade, integrou, no último mês de dezembro, Comissão Examinadora de concurso dessa disciplina na Universidade de Pelotas, no Rio Grande do Sul.

Representando a Faculdade de Direito nas Jornadas Uruguaio-Brasileiras, realizadas em Montevideo, de 23 a 26 de outubro último, o professor Edgar de Godói da Mata-Machado foi o principal relator dos debates sobre Sociologia Política.

## IV — CORPO DISCENTE

**Concursos vestibulares** — No primeiro concurso de habilitação à matrícula inicial desta Faculdade, em 1962, inscreveram-se 455 candidatos, dos quais 410 optaram pelo exame de francês e 45 pelo de inglês. Houve 3 desistências prévias, 19 cancelamentos de inscrições irregulares e, chamados 433 candidatos às provas escritas, 21 deixaram de comparecer e foram eliminados. Foram incluídos nas chamadas dos exames orais 412 candidatos, dos quais foram aprovados e considerados aptos à matrícula 173 candidatos, classificando-se em primeiro lugar o estudante Leonardo Ferrari.

Quanto a êsse primeiro concurso, verificou-se que a média de aproveitamento foi de 38,02% dos candidatos. É melhor que a de 1960, que foi de 34,68%, e também melhor que a do ano anterior, que foi de 37,92%. Todavia, há o registro de que o número de vagas, que era anteriormente de 200, foi fixado em 300, no corrente ano.

Em virtude de que, depois de apuradas as rematrículas e o número de aprovados no primeiro concurso, verificou-se ainda existirem 103 vagas, — a Egrégia Congregação, reunida em 2 de março e tomando conhecimento do relatório do primeiro concurso, determinou, nos termos da autorização contida no Decreto-lei nº 9.154, de 8 de abril de 1946, fôsem abertas inscrições para um segundo concurso vestibular. Inscreveram-se, no prazo fixado pelo edital, 72 candidatos e, em seguida, por via judicial, mais 11 candidatos. Dêsse total de 83 candidatos, 75 optaram pelo exame de francês e 8 pelo de inglês. Cancelada uma inscrição e tendo deixado de comparecer às provas escritas 4 candidatos, foram chamados aos exames orais 78 candidatos, dos quais 22 foram aprovados e habilitados à matrícula.

**Matrículas** — Matricularam-se, no presente ano letivo, nos diversos cursos da Faculdade, 1032 alunos, assim distribuídos: **Curso de Bacharelado** — 219, na primeira série; 166, na segunda; 156, na terceira; 138, na quarta, e 122, na quinta série, somando 801 alunos; **Curso de Doutorado** — 57, na seção de Direito Privado; 30, na seção de Direito Público, e 31 na de Direito Penal, somando 118 alunos; **Cursos Especiais** — 10 alunos de Legislação Minerária; 14 de Direito da Eletricidade; 21 de Direito Rodoviário e 68 de Direito Eleitoral, perfazendo 113 alunos.

Registre, ainda, que, além das matrículas normais, foram efetuadas 59 matrículas de alunos dependentes que, na verdade, freqüentam, simultaneamente, disciplinas de duas séries.

O total de matrículas, em 1961, fôra de 976.

A Faculdade expediu, neste ano, três guias de transferência e recebeu, em compensação 5 transferências de outras Escolas, algumas em virtude de decisão do Egrégio Conselho Universitário.

**Novos bachareis** — Concluíram o curso de bacharelado, em 1961, 125 bachareis, paraninfados pelo professor Washington Ferreira Pires. A cerimônia de colação de grau realizou-se, no auditório da Secretaria de Saúde e Assistência, a 12 de dezembro, tendo sido orador de sua turma o bacharel Pedro Servo de Jesús.

Em segunda época bacharelou-se um aluno, pelo que o total de graduados pela Faculdade, até 1961 inclusive, ascende a 4.115.

**Doutoramento** — No curso de doutorado, 14 alunos terminaram, no último ano letivo, o currículo das três seções e se credenciaram à defesa de tese de doutoramento. Agora, o total de alunos que concluíram o curso de pós-graduação da Faculdade é de 112.

O bacharel Pe. Nelson Tafuri, um dos que concluíram o currículo da terceira seção do curso de doutorado, requereu, recentemente, à Congregação lhe seja marcada data para defesa de tese de doutoramento, tendo apresentado, na forma regimental, trabalho intitulado «Suicídio e Tentativa».

**Alunos premiados** — Classificada em primeiro lugar dentre os bachareis que concluíram o curso em 1961, a srta. Maria Carmen Henriques obteve todos os prêmios instituídos pela Faculdade, inclusive o «Prêmio Rio Branco», mais alta distinção concedida pela Escola. Os outros prêmios lhe foram entregues na solenidade: «Rafael Magalhães», que distingue o melhor aluno de Processo Civil; «Cândido Naves», também destinado ao aluno que mais se distinguiu no estudo de Processo Civil; «DCE», concedido ao melhor aluno de toda a turma, e «Francisco Brant», instituído com o objetivo de distinguir o melhor aluno de Processo Penal. Quanto a este último prêmio, tendo havido empate, também foi distinguido o bacharel Luiz Ricardo Gomes Aranha.

O aluno José Justino Braga Neto conquistou um prêmio de mil dólares em concurso mundial sobre o tema «Por que as pessoas arriscam suas vidas para fugir do comunismo?». Inscrito entre 5.950 candidatos, dos quais 5.200 dos Estados Unidos, 700 de outros países da América e 50 de outras nações, — o acadêmico José Justino Braga Neto obteve a primeira classificação, depois de estudar, detalhadamente, o tema sugerido e elaborar um trabalho de quatro laudas datilografadas. Nesse trabalho, o acadêmico vitorioso abordou os aspectos negativos do sistema comunista, do ponto de vista econômico, político e social e fez breve relato sobre as deserções no mundo comunista, comprovantes de que a pessoa humana não se integra no sistema. Esse trabalho foi redigido em inglês.

A Faculdade, considerando a alta distinção obtida pelo seu aluno, concedeu-lhe também prêmio especial, traduzido em medalha de ouro, entregue em solenidade que marcou o início do período letivo.

**Atividades do Centro Acadêmico** — Empossou-se em primeiro do corrente, a nova direção do Centro Acadêmico «Afonso Pena», órgão representativo do corpo discente da Faculdade. A nova diretoria do CAAP assume o comando do órgão com o objetivo de pôr em prática um amplo plano de reforma de serviços e atividades do Centro, envolvendo iniciativas culturais, de assistência e beneficência, de intercâmbio social e esportivas. O planejamento do presidente Danilo Passos é muito amplo e exigirá trabalho, dedicação e, sobretudo, colaboração indispensável.

Além do presidente Danilo Passos, empossaram-se na sessão solene de 1º de março mais os seguintes dirigentes do CAAP: Nioeldo Mendes Pires, vice-presidente; Antônio Joaquim de Souza Machado, secretário geral; Justino de Barros Frossard, secretário; Custódio Ângelo Vieira, tesoureiro geral; José Ferraz, tesoureiro. O representante do CAAP junto ao Diretório Central dos Estudantes, também empossado, é o universitário José Antero Monteiro Filho.

Deixou a presidência do órgão o universitário Nilson Reis, que, na qualidade de vice-presidente, assumira a substituição do presidente Milton Álvares Cordeiro, que, por sua vez, assumira o comando do Diretório Central dos Estudantes.

## V — ÓRGÃOS ASSISTENCIAIS

**Fundação «Lincoln Prates»** — O restaurante da «Fundação Lincoln Prates» sofreu profundas reformas, que o ampliaram e lhe possibilitaram melhor qualidade de serviço. Também a cantina dos estudantes foi reformada e ampliada, em obediência ao próprio plano que fôra elaborado pelo Centro Acadêmico «Afonso Pena».

**Assistência Financeira** — O plano orçamentário da Faculdade possibilitou, no presente exercício, tanto a manutenção da Assistência Financeira «Berenice Prates», quanto a ampliação de seus serviços. O aumento do capital da caixa de assistência constituía, igualmente, ponto de fundamental importância na programação da nova direção do CAAP que, com a indispensável colaboração da Faculdade, pôde vê-lo desde já atingido.

**Assistência médico-farmacêutica** — Também êsses serviços foram ampliados, graças à iniciativa de um acôrdo com drogarias e laboratórios de análises e ao convênio com a Faculdade de Medicina, para assistência médica especializada aos alunos. O gabinete médico da Faculdade, instalado há um ano, está funcionando com regularidade.

**Assistência odontológica** — As instalações do gabinete dentário foram melhoradas, através da aquisição de equipamento mais moderno. O próprio horário de serviço desse gabinete, ampliado de forma a poder atender à totalidade dos alunos, possibilitará uma assistência perma-

nente. Os alunos pagam, apenas, o preço do material utilizado, havendo entendimentos com laboratórios e com a própria Escola de Odontologia, no sentido de que serviços especializados possam ser obtidos por meio de convênio.

## VI — ÓRGÃOS DE COLABORAÇÃO

**Departamento de Assistência Judiciária** — Esse departamento continuou funcionando, normalmente, participando de suas atividades alunos bolsistas e estagiários.

**Cooperativa do livro** — A Cooperativa Editôra e de Cultura Jurídica, Ltda., manteve a média de fornecimento registrada no final do último ano letivo, mas cuidou de ampliar seu estoque, para atender ao interesse do corpo discente.

## VII — INSTITUTOS DE PESQUISAS

**Dados gerais** — O objetivo, os planos, a organização e a regulamentação dos Institutos de Pesquisas da Faculdade constituíram matéria de esclarecimento divulgada no último número desta «Revista da Faculdade de Direito». As atividades dos Institutos, pois, seguiram o ritmo normal, de acôrdo com a orientação mencionada.

**Alunos bolsistas** — Em 10 de janeiro último, a Faculdade publicou edital, anunciando concurso para a renovação de 20 bolsas de estudos. Os pontos foram sorteados dos programas das cadeiras do currículo escolar, realizando-se as provas e as entrevistas pessoais com os alunos candidatos, a partir de 20 do corrente. Os alunos classificados terão, neste ano, a mesma participação ativa que o grupo de bolsistas deu às atividades de pesquisas no ano anterior.

**Trabalhos e planejamento** — Cinco Institutos continuaram realizando pesquisas e estudos, sob a supervisão dos professores catedráticos e orientação dos Assistentes de Ensino. Os trabalhos empreendidos e os planos de estudos podem ser assim resumidos:

a) **Instituto de Processo** — No último ano, o Instituto de Processo desenvolveu intensas atividades de pesquisas processuais. Supervisionam os trabalhos do Instituto de Processo os professores Onofre Mendes Júnior, José Olympio de Castro Filho, Lourival Vilela Viana e Celso Agrícola Barbi, que fixam e determinam os temas para estudo.

Em maio de 1961 foi publicado o primeiro «Caderno de Pesquisas» desse Instituto, reunindo trabalhos sobre «O problema da Assistência Judiciária em Belo Horizonte» e notas sobre «A Instituição do Juri» e «Assistência Judiciária e a Justiça do Trabalho».

Sempre em equipe, os Assistentes de Ensino professores Alberto Deodato Maia Barreto Filho e Marcos Afonso de Souza, com a colaboração dos alunos bolsistas, estão dando continuidade aos estudos sobre a «Organização judiciária em Minas Gerais», «Juri em Minas Gerais» e «Justiça do Trabalho em Minas Gerais», com reuniões internas, debates públicos entre Juizes, Desembargadores e Advogados, e conferências. Além de prestar efetiva assistência aos alunos que funcionam no Departamento de Assistência Judiciária, e da elaboração de trabalhos, estudos e debates internos, o Instituto de Processo remeteu questionários aos senhores juizes, Promotores, Escrivães e Prefeitos do Interior, visando a informar-se sobre o tema «Organização judiciária», tendo obtido um número satisfatório de esclarecimentos. Sobre o mesmo assunto, promoveu debate público, na sede da Faculdade, de que participaram Desembargadores e Juizes de Direito da Capital e que obteve larga repercussão nos meios forenses.

b) **Instituto de Economia e Finanças** — O Instituto de Economia e Finanças, sob a supervisão do Professor Alberto Deodato Maia Barreto, concluiu e publicou estudos sobre «Desenvolvimento e Equilíbrio» e sobre «As despesas públicas». Com as pesquisas relativas ao primeiro tema, objetivou-se determinar a natureza das causas dos desequilíbrios (inflacionário e «deficit» no balanço de pagamentos no processo de desenvolvimento econômico; na segunda parte, as pesquisas visaram a estudar a natureza e os efeitos das despesas públicas na atividade econômica.

Para a realização de tais estudos, o Instituto de Economia e Finanças procedeu aos seguintes levantamentos estatísticos: pressão tributária, no Brasil e em Minas Gerais, de 1948 a 1958; gastos de governo em relação à renda nacional, no Brasil e em Minas Gerais; investimentos de governo, no Brasil e em Minas Gerais.

Todos os primeiros estudos e trabalhos do Instituto de Economia e Finanças, realizados sob a orientação direta do Assistente de Ensino professor Simão Pedro Casasanta, foram publicados no «Caderno de Pesquisas» correspondente, divulgado em julho de 1961.

Em 1962, o Instituto de Economia e Finanças iniciou estudos, que deverão ser completados no próximo ano, sobre: 1) transportes ferroviários em Minas Gerais; 2) produtividade agrícola em Minas Gerais e no Brasil; 3) mercado comum latino-americano (com a cooperação do Instituto de Direito Público, seção de Direito Internacional Privado); 4) comparação da estrutura orçamentária do Brasil com a dos demais países, e de Minas com a dos demais Estados; 5) análise do desenvolvimento econômico de Minas Gerais no decênio 1950/1960; 6) a situação social de Minas Gerais no decorrer de 1962 (em colaboração com o Instituto de Ciências Sociais do Estado da Guanabara); 7) pareceres sobre os projetos de lei de interesse econômico apresentados à Assembléia do Estado de Minas Gerais.

Recentemente, o Instituto de Economia e Finanças concluiu pesquisas sobre movimento bancário em Minas Gerais; transmissões de imóveis em Minas, seu número, seu valor e sua tributação; taxa de recuperação econômica, sob aspectos fiscais, econômicos e jurídicos; reforma agrária e orçamentos públicos estaduais no Brasil e orçamentos nacionais dos diversos países.

c) **Instituto de Criminologia** — O segundo projeto de estudos da seção de Direito Penal objetiva, através do levantamento da doutrina e da legislação do Império do Brasil, preparar trabalho sobre o tema «Dos crimes e das contravenções nas províncias do Império do Brasil». O material tem sido coletado e o resultado das pesquisas constituirá a próxima publicação do Instituto. Trata-se de um trabalho inteiramente novo e visa, sobretudo, a codificar a matéria.

Concomitantemente, iniciou-se um terceiro trabalho, sobre o atual sistema penitenciário. A êsse estudo procurar-se-á dar um cunho prático, sem que se olvidem os aspectos doutrinários que a questão suscita. Serão promovidos amplos debates sobre o tema, reunindo magistrados, professores, penitenciariastas e advogados. Também estão programadas visitas aos principais estabelecimentos penais brasileiros. As conclusões do trabalho, que comporão outra publicação do Instituto, serão também encaminhadas ao Executivo, como subsídio à planejada reestruturação do sistema penitenciário, em Minas Gerais.

Está se instalando, agora, a seção de Medicina Legal, que deverá integrar-se de museu, identificação, antropologia, imunologia, psicologia, radiografia, fotografia, cinematografia, desenho e ceroplastia, histologia, toxicologia, tanatologia, clínica médico-forense e técnica de laboratório. A tarefa abrangerá, especificamente, pesquisas, perícia e serviços auxiliares. As pesquisas compreenderão todos os campos ligados à disciplina médico-legal, e serão originais, ou de simples verificação, incluindo fatos, bibliografia e jurisprudência. A perícia será forense, ou policial, e os serviços auxiliares compreenderão identificação, colaboração universitária, publicações e participação de entidades de Medicina Legal e de Criminologia.

Em princípio, estão sendo levantados dados sobre o conceito atual da Medicina Legal e suas perspectivas futuras e sobre o projeto de criação de uma Ordem Nacional de Peritos, com a elaboração de um Código de Ética.

As pesquisas e os estudos a que se dedicará a seção de Medicina Legal, do Instituto de Criminologia da Faculdade de Direito, serão de imensa utilidade para os próprios poderes públicos, que terão do órgão universitário a colaboração indispensável.

d) **Instituto de Direito Privado** — Deverá constituir matéria da próxima edição do «Caderno de Pesquisas» da Faculdade de Direito o resultado dos primeiros estudos empreendidos na seção de Direito Civil

do Instituto de Direito Privado. Sob a supervisão do professor Darcy Bessone de Oliveira Andrade, o Assistente de Ensino professor Adriano de Azevedo Andrade orientou estudos sobre a posse no Direito Romano e sobre as teorias principais relativas ao tema, a fim de obter u'a moderna conceituação de posse. O trabalho, já concluído, está em fase de impressão, para divulgação próxima sob o título «Pesquisa em torno do conceito de posse».

O segundo projeto de estudos fixado pelo professor Darcy Bessone de Oliveira Andrade está em execução, compreendendo pesquisas em torno do «Fundamento da proteção possessória».

No primeiro trabalho, pronto para divulgação, a seção de Direito Civil, supervisionada pelo professor Darcy Bessone e orientada pelo Assistente de Ensino Adriano de Azevedo Andrade, adotou o seguinte roteiro: 1) surgimento da posse; 2) a função da posse em Direito Romano; 3) período intermédio; 4) o conceito de posse em Direito Romano; 5) a impugnação do conceito por Ihering; 6) o conceito de Ihering; 7) a função da posse no mundo atual; 8) direito comparado; 9) cotejo de conceitos e textos com a jurisprudência; 10) a formulação de um conceito de posse e a sua comprovação.

Como se vê, partindo da origem da posse, a pesquisa acompanhou seu desenvolvimento, para, nos quatro itens finais, dedicar-se à procura de um conceito novo, sem qualquer vinculação com a posse do proprietário, ou posse oriunda do título.

Já o professor catedrático José do Valle Ferreira, na mesma seção de Direito Civil, determinou se fizesse um completo levantamento sobre o Código Civil Brasileiro, abrangendo pesquisa de todo o trabalho referente à sua elaboração. Os estudos, orientados pelo Assistente de Ensino professor João Baptista Villela, se iniciaram em 1960, e já dissemos que, dada a proporção da empresa, constituem trabalho de conclusão previsivelmente demorada.

O professor José do Valle Ferreira, planejando novos trabalhos de sua seção, determinou se efetuem pesquisas de dados para um Dicionário Brasileiro de Instituições Jurídicas, assim como para um Glossário Jurídico de Verbos. As pesquisas estão sendo feitas.

Na seção de Direito Comercial, supervisionada pelos professores Lincoln Prates, João Eunápio Borges e Ruy de Souza, elabora-se trabalho de atualização do instituto cambial, no direito positivo brasileiro. Os estudos seguem o seguinte roteiro: a) origem histórica da Letra de Câmbio, com análise da possibilidade de existência do instituto entre os povos antigos, tais como assírios, gregos, romanos, judeus e italianos; nesse capítulo, ao lado dos documentos que alguns autores consideram como «letra de câmbio», foram anotados, também, os primeiros textos que regularam o instituto, de ponto de vista do direito positivo; b) natureza jurídica da letra de câmbio, com cuidadoso resumo das teorias de

Einert, Thol, Liebe, Thaller, Renulth e outros. Agora, o trabalho está em fase adiantada e estuda-se a conceituação da letra de câmbio dentro do direito positivo brasileiro.

e) **Instituto de Direito Público** — A seção de Direito Internacional Privado, funcionando sob a supervisão do professor Amílcar de Castro e com a orientação direta do Assistente de Ensino professor José Edgar de Amorim Pereira, já ofereceu sua primeira publicação, reunindo os estudos já empreendidos e que se fixaram em tórno do tema «Noção de nacionalidade e de nacionalidade de pessoas jurídicas de direito privado», tendo por objeto da pesquisa a doutrina nacional e a doutrina estrangeira. O tema que motiva os atuais estudos intitula-se «Circunstância de conexão», estando o trabalho assim dividido: a) noção e caracterização das circunstâncias de conexão; b) determinação da circunstância de conexão: sua escolha e qualificação; c) as circunstâncias de conexão no espaço e no tempo; d) as circunstâncias de conexão no direito positivo brasileiro. Estão sendo pesquisadas as doutrinas nacional e estrangeira, direitos positivos nacional e estrangeiros reguladores da matéria, no presente e no passado, e particularidades que levaram à adoção desta ou daquela circunstância de conexão, no tempo e no espaço.

Na seção de Direito Constitucional, dirigida pelo professor Mário Casasanta e orientada, diretamente, pelo Assistente de Ensino professor Alberto de Lima Vieira, estabeleceu-se um plano de pesquisas, compreendendo vários aspectos, doutrinários e históricos, da Constituinte Mineira de 1891. O que se pretende, com essa pesquisa, é contribuir para o melhor conhecimento da história constitucional de Minas Gerais. Fêz-se, como medida preliminar, completo índice, sistemático, analítico e onomástico, dos Anais do Congresso Constituinte, pois os mesmos não o continham. Já na elaboração do índice, como é óbvio, ficou conhecida tôda a matéria contida nos Anais, sôbre a qual incidirá, inicialmente, a pesquisa, a qual se estenderá a outros documentos de valor, contidos no Arquivo Público do Estado de Minas Gerais. O plano de estudos se divide em três partes: a) o bicameralismo mineiro; b) o problema municipal; c) Afonso Pena e sua atuação no Congresso Constituinte.

O tema a ser abordado, a seguir, envolverá estudos sôbre o «Papel do Presidente da República no Govêrno Parlamentar» e foi sugerido pelo catedrático de Teoria Geral do Estado, professor Orlando Magalhães Carvalho, com o objetivo de serem obtidos subsídios históricos, doutrina e legislação estrangeira na atualidade e observações relativas ao recente Ato Adicional nº 4.

O esquema da seção de Direito Administrativo, supervisionada pelo professor Onofre Mendes Júnior, prefere amplo estudo sôbre a concorrência pública para execução de obras e os limites à discricionariedade da administração pública. O plano envolve exame dêstes problemas: a) atos administrativos; b) contratos administrativos; c) concorrência

pública para execução de obras, obedecidas as características, o edital e as condições; d) garantias da administração. Quanto ao problema relativo aos limites à discricionariedade da administração nas concorrências, serão estudadas as questões relacionadas com a fixação dos limites, a possibilidade de controle judicial e o remédio processual adequado.

**Resultados** — Os Institutos de Pesquisas da Faculdade de Direito não estão prestando serviços apenas aos estudiosos do direito, mas, a rigor, constituem departamentos de assessoramento dos próprios poderes públicos, executivo e legislativo. Os Institutos, cada um na sua especialidade, têm assessorado êsses poderes nos projetos que nos são enviados, quer no seu trâmite pelos parlamentos, quer antes da sanção dos poderes competentes.

### VIII — AULA INAUGURAL

O professor Caio Mário da Silva Pereira, catedrático de Direito Civil desta Faculdade, proferiu, a 1º de março, a aula inaugural do período letivo de 1962. O tema de sua aula foi «O novo código das obrigações e dos contratos».